



Carlito definiu na reunião de ontem as áreas que serão reservadas

Instituto Jones dos Santos Neves
GAZ 26 JUN 81

Carlito reserva áreas para obra no aeroporto

A Prefeitura de Vitória vai vetar qualquer projeto de construção dentro de uma área de 700 mil metros quadrados nas imediações do aeroporto de Goiabeiras, visando assegurar ao Ministério da Aeronáutica condições para o desenvolvimento do plano de ampliação daquele terminal.

Levantamento neste sentido será providenciado pela Secretaria Municipal de Obras e Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) — órgãos de apoio ao projeto —, e um pedido de criação de um loteamento no local já foi bloqueado. A decisão foi tomada, ontem, numa reunião entre a PMV, IJSN e a Comissão de Estudos e Coordenação da Infra-Estrutura Aeronáutica (Cecia), órgão do Ministério da Aeronáutica.

A prefeitura e o IJSN nada mais farão do que regulamentar o uso do solo de 700 mil metros quadrados, reservando todos os direitos de utilização ao ministério, conforme prevê o decreto federal 83399 e a portaria 2696 GM-5, também a nível federal, que aprovaram o Plano de Zona de Ruído do Aeroporto de Goiabeiras.

Além disso, uma outra portaria — 001 D 1SC4 —, responsável pela aprovação do plano de desenvolvimento do aeroporto, garante os direitos ao Ministério da Aeronáutica. Aguinaldo Mendes da Silva, representante da Cecia na reunião de ontem, disse que o projeto de ampliação está sendo revisado e que ainda não há qualquer previsão para o início das obras.

Orçado em Cr\$ 488 milhões, a preços de janeiro de 1981, o projeto prevê a construção de uma pista de 1.300 metros para aeronaves de pequeno porte, ampliação do terminal de passageiros, aumento da extensão da atual pista de 1.750 metros para 2.150 metros, instalações do destacamento de proteção de voo, aumento da posição de estacionamento para helicópteros e implantação de novas áreas para estacionamento de ônibus, táxis e veículos particulares. O projeto será executado em quatro etapas e se estenderá até 1999.

DESAPROPRIAÇÃO

Com relação à inevitável desapropriação das áreas, Aguinaldo Mendes explicou que a negociação somente irá ocorrer posteriormente, quando o processo deverá ser encampado pelo governo estadual, uma vez que o aeroporto é de interesse estadual e não exclusivamente da municipalidade. Para não encarecer o projeto, a Cecia sugere a permuta de terrenos como forma de indenização.

Ao comentar a primeira medida da PMV de vetar um projeto de loteamento no local, Aguinaldo Mendes observou que "este tipo de obra é importante por causa de seu alcance social. Mas, os lotes podem ser implantados em outros locais, uma vez que o aeroporto necessita se expandir e os 700 mil metros quadrados são a única opção viável".